

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**SENHORES ACIONISTAS**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, da JSL Arrendamento Mercantil S/A, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S/A tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral. A Companhia em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S/A contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira. A evolução do mercado de crédito no 1º semestre de 2015 evidencia a desaceleração nos segmentos livre e direcionado, em cenário de elevação de juros e contenção da demanda por consumo e investimento. Assim, no final do 1º semestre de 2015, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional alcançou a R\$ 3.102 bilhões, com expansão de 9,8% em doze meses (comparativamente a 11,6% em junho de

2014). A relação crédito/PIB alcançou 54,5% em junho de 2015, ante 52,8% em junho de 2014. O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 197,4 bilhões, com redução de 6,6% no semestre (comparativamente a redução de 4,8% no 1º semestre de 2014), enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no 1º semestre de 2015 a R\$ 46,8 bilhões, com redução de 9,8% em relação ao 1º semestre de 2014. A indústria de fabricantes de veículos automotores em decorrência deste cenário também vem apresentando redução na produção de veículos automotores, o que conjuntamente impacta na demanda por operações de crédito e de arrendamento mercantil. Neste contexto, em 30 de junho de 2015, os Ativos totais da Companhia montaram a R\$ 22,6 milhões, destacando-se: R\$ 12,1 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 4,4 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro, a valor presente e R\$ 1,5 milhão

em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 19,0 milhões. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S/A no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste. Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

Barueri, 17 de agosto de 2015.

**A DIRETORIA**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 30 de Junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota Explicativa	2015		2014		PASSIVO	Nota Explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
<b>Circulante</b>		<b>13.749</b>	<b>8.566</b>			<b>Circulante</b>		<b>864</b>	<b>134</b>		
Disponibilidades	4	107	6			Recursos de aceites e emissão de títulos		63	-		
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	4	1.525	8.545			Letras de Arrendamento Mercantil	9	63	-		
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		1.525	8.545			Outras obrigações		801	134		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	12.085	-			Fiscais e previdenciárias	11a	405	118		
Títulos de renda fixa - LFT		12.085	-			Diversas	11b	396	16		
Operações de arrendamento mercantil		(38)	-			Exigível a longo prazo		2.803	-		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	1.612	-			Outras obrigações		2.803	-		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(1.602)	-			Fiscais e previdenciárias	11a	256	-		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(48)	-			Diversas	11b	2.547	-		
Outros créditos	7	70	15			Patrimônio líquido		18.950	8.432		
Diversos		70	15			Capital de domiciliados no país	12a	20.000	7.000		
Realizável a longo prazo		1.851	-			Reservas de lucros	12c	-	1.432		
Operações de arrendamento mercantil		(22)	-			Prejuízos acumulados		(1.050)	-		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	3.566	-								
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(3.566)	-								
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(22)	-								
Outros créditos	7	1.873	-								
Diversos		1.873	-								
Permanente		7.017	-								
Imobilizado de uso	8a	81	-								
Instalações moveis equipamentigos de uso		85	-								
Depreciação acumulada		(4)	-								
Imobilizado de arrendamento	8b	6.924	-								
Bens arrendados		7.065	-								
Superveniência de depreciação		1.486	-								
Depreciação acumulada		(1.627)	-								
Intangível		12	-								
Ativos Intangíveis - Software		12	-								
<b>Total do ativo</b>		<b>22.617</b>	<b>8.566</b>			<b>Total do passivo</b>		<b>22.617</b>	<b>8.566</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado para os Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

Recursos	Nota Explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
<b>Recursos da intermediação financeira</b>		<b>2.756</b>	<b>408</b>		
Operações de arrendamento mercantil	6f	1.807	-		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	949	408		
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(1.490)</b>	<b>-</b>		
Operações de captação no mercado	9	(3)	-		
Operações de arrendamento mercantil	6f	(1.439)	-		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(48)	-		
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.266</b>	<b>408</b>		
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(4.046)</b>	<b>(50)</b>		
Receitas de prestação de serviços		26	-		
Despesas pessoais	13	(1.238)	-		
Outras despesas administrativas	14	(2.754)	(31)		
Despesas tributárias	15	(61)	(19)		
Outras despesas operacionais		(19)	-		
<b>Resultado operacional</b>		<b>(2.780)</b>	<b>358</b>		
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(2.780)</b>	<b>358</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	16	<b>1.112</b>	<b>(129)</b>		
Imposto de renda		-	(76)		
Contribuição social		-	(53)		
Ativo fiscal diferido		1.112	-		
<b>(Prejuízo)/lucro Líquido</b>		<b>(1.668)</b>	<b>229</b>		
<b>(Prejuízo)/lucro por ação em circulação - em R\$</b>					
(Representado por 20 milhões de ações em junho de 2015 - 7 milhões de ações junho de 2014)		(0,08)	0,03		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(1) Em 30 de junho de 2015, a totalidade das aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT foi transferida da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para a categoria "Títulos para Negociação", juntamente com seu respectivo resultado, em função da intenção da administração quanto a sua negociação, para utilização dos recursos, principalmente, em operações de arrendamento mercantil, classificadas no circulante. (2) Em 30 de junho de 2015, está composto por aplicações vinculadas a títulos públicos federais em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com vencimento final em 01 de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (4)		106	-	-
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (4)		65	408	-
Rendas de Títulos de Renda Fixa		778	-	-
<b>Total</b>		<b>949</b>	<b>408</b>	<b>-</b>

(4) Vide nota 4. Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, a Companhia não manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros derivativos.

**6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição da carteira de Arrendamento Mercantil		2015		2014	
Arrendamentos a receber - setor privado		5.178	-	5.178	-
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(5.168)	-	(5.168)	-
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)		7.065	-	7.065	-
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados		(141)	-	(141)	-
- Depreciações acumuladas (nota 8b)		1.486	-	1.486	-
- Superveniência de depreciação (nota 8b)		(2.547)	-	(2.547)	-
(-) Valor residual garantido antecipado (nota 11b)		4.387	-	4.387	-
<b>Valor presente das operações de arrendamento mercantil</b>		<b>4.387</b>	<b>-</b>	<b>4.387</b>	<b>-</b>

b) Composição da carteira por nível de risco e faixa de vencimento:		2015		2014	
Rating	AA	A	B	C	Total
Parcelas Vincendas	-	-	8	7	15
01 a 90	-	69	142	120	331
61 a 90	-	40	69	45	154
91 a 180	-	110	181	169	460
181 a 360	-	202	383	301	886
Acima 360	-	760	812	969	2.541
<b>Subtotal</b>	-	<b>1.181</b>	<b>1.595</b>	<b>1.611</b>	<b>4.387</b>
<b>Total Geral</b>	-	<b>1.181</b>	<b>1.595</b>	<b>1.611</b>	<b>4.387</b>
<b>PDD 2015</b>	-	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>48</b>	<b>70</b>
<b>% PROVISÃO (1)</b>	-	<b>0,5%</b>	<b>1,0%</b>	<b>3,0%</b>	<b>-</b>

(1) Provisão requerida com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN.

c) Composição da carteira por Setor Econômico:		2015		2014	
Setor	Valor	%	Valor	%	
<b>Setor Privado</b>	<b>1.667</b>	<b>38,0</b>			
<b>Serviços</b>	<b>1.610</b>	<b>36,7</b>			
Transportes Terrestres	1.610	36,7			
<b>Comércio</b>	<b>57</b>	<b>1,3</b>			
Atacado e Varejo	57	1,3			
<b>Pessoa Física</b>	<b>2.720</b>	<b>62,0</b>			
Pessoa Física	2.720	62,0			
<b>Total</b>	<b>4.387</b>	<b>100,0</b>			

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa		2015		2014	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>22</b>		<b>22</b>	
Constituição no semestre		48		48	
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>		<b>70</b>		<b>70</b>	

**e) Recuperação e Renegociação de Créditos** - Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2015 e 2014, não houve recuperação ou renegociação de créditos. A Companhia ainda não possui carteira de créditos renegociados.

f) Receitas e Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil		2015		2014	
<b>Receitas</b>					
Rendas de Arrendamento Mercantil		505	-	505	-
Superveniência de Depreciação		1.302	-	1.302	-
<b>Total da Receita</b>		<b>1.807</b>	<b>-</b>	<b>1.807</b>	<b>-</b>
<b>Despesas</b>					
Depreciação de Bens Arrendados		1.439	-	1.439	-
<b>Total da Despesa</b>		<b>1.439</b>	<b>-</b>	<b>1.439</b>	<b>-</b>
<b>7. OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>		
Créditos tributários (nota 16b)		1.873	-	1.873	-
Antecipações salariais		39	-	39	-
Impostos a compensar		31	-	31	-
Outros		-	15	-	15
<b>Total</b>		<b>1.943</b>	<b>15</b>	<b>1.943</b>	<b>15</b>

8. IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO		2015		2014	
Imobilizado de Uso - Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6	-	6	6
Equipamentos de processamento de dados	20%	79	(4)	75	75
<b>Total</b>	-	<b>85</b>	<b>(4)</b>	<b>81</b>	<b>81</b>

9. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		2015		2014	
<b>Letras de Arrendamento Mercantil - LAM</b>					
Captação	Remuneração	Data da Emissão	Vencimento	Valor Contábil	2015
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	13,94% a 14,36% a.a.	03/02/2015 a 08/06/2015	05/02/2016 a 08/06/2016	63	63

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil no 1º semestre de 2015 montaram a R\$ 3.

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS		2015		2014	
Impostos e Contribuições a recolher		289	118	289	118
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 16c)		372	-	372	-
<b>Total</b>		<b>661</b>	<b>118</b>	<b>661</b>	<b>118</b>
<b>b) Diversas</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>		
Cretores por antecipação VRG (nota 6a)		2.547	-	2.547	-
Pessoal		255	-	255	-
Contas a pagar		123	-	123	-
Valores a pagar a sociedades ligadas		8	-	8	-
Outros		10	16	10	16
<b>Total</b>		<b>2.943</b>	<b>16</b>	<b>2.943</b>	<b>16</b>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2015		2014	
<b>a) Capital Social:</b> O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2015 é de R\$ 20.000 (30 de junho de 2014 - R\$ 7.000), e está dividido em 20.000.000 (30 de junho de 2014 - 7.000.000) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.					
<b>b) Movimentação do Capital Social</b>					
Quantidade de ações ordinárias em 30/06/2014			7.000.000		
Aumento de Capital Social em 15/10/2014 (1)			13.000.000		
<b>Quantidade de ações ordinárias em 30/06/2015</b>			<b>20.000.000</b>		

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/10/2014, foi deliberado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 13.000,00, mediante a emissão de 13.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **c) Reserva de Lucros** - Composição das Reservas de Lucro:

	2015	2014
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	-	528
Reserva Estatutária	-	904
<b>13. DESPESAS DE PESSOAL</b>		
	<b>01/01 a 30/06/2015</b>	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Proventos	749	-
Encargos sociais	420	-
Benefícios	69	-
<b>Total</b>	<b>1.238</b>	

**14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Honorários da Diretoria (nota 17c)	1.957	-
Serviços de terceiros	460	7
Aluguéis	181	-
Publicações	47	18
Serviços do sistema financeiro	38	-
Outras	71	6
<b>Total</b>	<b>2.754</b>	<b>31</b>

**15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
COFINS	47	16
PIS	7	3
ISS	3	-
Outras	4	-
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>19</b>

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) A Sociedade está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado antes da tributação sobre o prejuízo/lucro	(2.780)	358
Alíquota vigente	40%	40%
Expectativa de crédito (despesa) de acordo com a alíquota vigente	1.112	(143)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no semestre	-	14
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.112</b>	<b>(129)</b>

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2014	Realização/Reversão	Constituição	30/06/2015
Prejuízos Fiscais e base negativa	426	-	1.417	1.843
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	-	19	28
Ajuste de Marcação a Mercado	-	-	2	2
<b>Refletidas no Resultado</b>	<b>435</b>	<b>-</b>	<b>1.438</b>	<b>1.873</b>
Ajuste de Marcação a Mercado	3	(3)	-	-
<b>Refletidas no Patrimônio Líquido</b>	<b>3</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Crédito tributário (1)(2)</b>	<b>438</b>	<b>(3)</b>	<b>1.438</b>	<b>1.873</b>
Obrigações fiscais diferidas (3)	(46)	-	(326)	(372)
<b>Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>392</b>	<b>(3)</b>	<b>1.112</b>	<b>1.501</b>

(1) A Companhia iniciou suas operações a partir de 13 de outubro de 2014. A expectativa de realização do crédito tributário é a partir de 2017; (2) O valor presente dos créditos tributários calculado com base na taxa Selic é de R\$ 1.459; e (3) Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

**17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações:

DIRETORIA	
<b>Diretor Presidente</b> Osmar Roncolato Pinho	<b>Diretores</b> Izidoro José Polari Neto Sergio de Jesus

CONTADOR
Carlos Roberto da Conceição - CRC 1SP 307638/O-4

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30 DE JUNHO DE 2015**

Aos Administradores e acionistas  
**JSL Arrendamento Mercantil S/A**  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa

**a) Controlador Banco BGN S/A – 01/01 a 30/06/2014**

	2014	2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades</b>				
Banco BGN S/A	-	6	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros (100% CDI)</b>				
Banco BGN S/A	-	8.545	-	408

**b) Controlador JSL Holding Financeira – 01/01 a 30/06/2015 (atual)**

	2015	2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Comissões a pagar</b>				
JSL S/A	(8)	-	(5)	-

**c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração** - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No semestre encerrado em 30 de junho de 2015 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 1.957. (Não houve remuneração no semestre encerrado em 30 de junho de 2014).

**d) Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

**18. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**a) Gestão de Riscos** - A gestão de risco é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de risco é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. Os processos de gestão de risco permitem toda a instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.jslleasing.com.br> - Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa, estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; e • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos.

**LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA** - A partir de janeiro de 2015, o índice de Basileia passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN. No encerramento do 1º semestre

de 2015 o Índice da Basileia apurado foi de 56,2%. **c) Gerenciamento de Risco Operacional** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, de acordo com as determinações estabelecidas pelos órgãos de supervisão. **d) Gerenciamento de Risco de Mercado** - Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. À esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas às variações cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o back test do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. **e) Gerenciamento de Risco de Crédito** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, reestruturações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, serão utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. **f) Gerenciamento de Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

**19. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a)** Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzindo em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nos 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **b)** Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (art. 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais. **c)** Em 25 de junho de 2015 o CMN homologou a Resolução 4.424/2015, onde as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, todavia, os pronunciamentos técnicos citados no CPC 33 (R1) somente poderão ser aplicados após serem recepcionados por ato específico pelo CMN. **d)** Não há eventos subsequentes, que requeram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2015.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao semestre anterior**

O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 01 de agosto de 2014, sem ressalvas.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de agosto de 2015



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Rui Borges**  
Contador CRC 1SP207135/O-2